



Senadores começam a estudar reforma política aprovada pela Câmara

Relator da comissão dedicada ao tema afirma que projetos das duas Casas começarão a ser votados na terça-feira. Ideia é que principais propostas sejam aprovadas até setembro para valerem na eleição de 2016

A Comissão da Reforma Política do Senado já recebeu o projeto que trata da questão aprovado pela Câmara. Os senadores têm até terça-feira para apresentar emendas ao texto. O relator da comissão, Romero Jucá, incluirá num mesmo documento os dispositivos aprovados pelos deputados, as propostas dos senadores e as sugestões do Tribunal Superior Eleitoral. Entre os temas em discussão, está o financiamento das campanhas eleitorais. Para que valham nas eleições municipais de 2016, as novas regras precisam ser aprovadas até o mês que vem. **5**



Marcos Oliveira/Agência Senado

O presidente da Comissão da Reforma Política, Jorge Viana, conversa com o relator, Romero Jucá

Renan: não haverá "pauta-bomba" contra governo **5**

Plenário rejeita projeto de revisão anual do IPTU **4**

Papel da economia criativa é destacado em audiência **7**

Aprovada indicação de dois novos diretores da Anac **3**

Governo é autorizado a tomar empréstimo para compra de caças

O Plenário do Senado aprovou ontem a contratação de operação de crédito que vai permitir ao Brasil a aquisição de 36 caças Gripen NG, da empresa sueca Saab. O empréstimo, que será firmado com a agência sueca de crédito às exportações, soma cerca de R\$ 16,5 bilhões e,

além dos aviões, envolve suporte logístico e compra de armamentos necessários ao funcionamento das aeronaves. Os aviões devem ser entregues entre 2019 e 2024. Senadores elogiaram a escolha dos caças suecos também em função da transferência de tecnologia ao Brasil. **3**



Moneira Manz/Agência Senado

Segundo o governo, Suécia aceitou reduzir as taxas de juros do financiamento aprovado na sessão de ontem



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Líderes indígenas participam da reunião presidida por Telmário Mota (3º à esq.)

Em debate, organizações denunciam aumento da violência contra índios

Relatório apresentado ontem em audiência na Comissão de Direitos Humanos revela crescimento do número de assassinatos

de índios e de violações de direitos. Muitos casos estão relacionados à disputa por terras indígenas, avaliaram debatedores. **8**



Pedro França/Agência Senado

Fátima Bezerra também quer solução para a greve das universidades federais

Homenagem aos 50 anos da TV Globo destaca liberdade de expressão **2**

Prazo de 24 horas para preso ser levado a juiz passa em 1ª votação **6**

Corte de despesas em programas como Fies e Pronatec preocupa especialistas

Senadores, estudantes e especialistas analisaram ontem em audiência pública o alcance do ajuste fiscal

na educação. Debatedores avaliaram que cortes contradizem o slogan "Brasil, pátria educadora". **4**

Senado faz homenagem à TV Globo pelos 50 anos

Contribuição da emissora para a integração nacional, a difusão da cultura brasileira, a democracia e a liberdade de expressão foram lembradas pelos vários senadores que falaram durante a sessão especial

OS 50 ANOS da TV Globo foram celebrados ontem em sessão especial do Senado. Com a presença de parlamentares, ministros, atores da emissora e representantes de outras empresas de comunicação, a influência nacional e internacional da rede foi destacada.

Vice-presidente Institucional e Editorial do Grupo Globo, João Roberto Marinho classificou como memorável a homenagem. Em discurso, ele reafirmou o compromisso da instituição com a defesa da democracia, da República, das leis e do voto. Disse que o grupo tem se pautado pela “ampla informação, absoluta independência e rigorosa imparcialidade”.

— A TV Globo não defende partidos, não defende religiões, não defende formas de comportamento, não defende formas de agir. O que fazemos é acompanhar as mudanças da sociedade.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, também aproveitou a sessão para defender a liberdade de expressão.

— Quaisquer insinuações, gestos ou atos no sentido de restringir ou inibir a liberdade de expressão a qualquer título ou a qualquer pretexto terão uma resposta alta — disse.

Renan ressaltou o pioneirismo da emissora, a contribuição para difundir a cultura brasileira e a qualidade do jornalismo e do entretenimento. Para ele, a Globo é um importante veículo de integração nacional.

Primeiro signatário do requerimento de homenagem, Ronaldo Caiado (DEM-GO) citou o jornalista e fundador das Organizações Globo, Roberto Marinho, como exemplo



Os atores Laura Cardoso, Francisco Cuoco e Malu Mader no Plenário do Senado

das qualidades necessárias para o país vencer a crise. Segundo Caiado, Marinho foi “resistente e inovador”.

O senador destacou o poder que Marinho deu aos jornalistas do grupo. Elogiou as novelas e o *Globo Rural*, programa que considera essencial para o agricultor brasileiro.

— A Globo vive, respira e pulsa junto com os brasileiros.

Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) disse que Roberto Marinho foi um exemplo de vigor, de crença no Brasil e de jovialidade, qualidades importantes para enfrentar crises.

Ideias opostas

Tasso Jereissati (PSDB-CE) lembrou a convivência que teve com Marinho e a capacidade do criador das Organizações Globo de aceitar dentro das empresas do grupo pessoas de ideias opostas.

Alvaro Dias (PSDB-PR) registrou a importância da emissora para a superação do atual momento político e econômico e a contribuição à democracia. José Agripino (DEM-RN) ressaltou que a Globo é patrimônio nacional.

Marta Suplicy (sem partido-SP) comemorou a visibilidade que o Brasil ganhou no exterior

graças às novelas. Ela agradeceu a oportunidade de fazer o *TV Mulher*, programa dos anos 80, e a ousadia com que a Globo traz assuntos polêmicos para serem discutidos.

José Serra (PSDB-SP) disse que a história da Globo se confunde com a do Brasil. Foi a emissora, afirmou, que criou a informação nacional e deu impulso à dramaturgia.

Para Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), é indispensável a existência de uma rede capaz de promover a integração nacional e defender a liberdade de expressão. Líder do PMDB, Eunício Oliveira (CE) ressaltou os “bons serviços prestados à democracia brasileira”.

Na mesma linha, Ana Amélia (PP-RS), que é jornalista, ressaltou o papel da TV na preservação da imprensa livre e crítica. A credibilidade do jornalismo foi destacada por Lasier Martins (PDT-RS), também jornalista.

Valdir Raupp (PMDB-RO) falou sobre a qualidade do jornalismo, da teledramaturgia, das transmissões de esporte e dos programas de cultura. Hélio José (PSD-DF) agradeceu a contribuição da TV para a unidade nacional.

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) observou a unanimidade entre os senadores quanto à contribuição da Globo para o país.

Jorge Viana (PT-AC) lembrou ainda a preocupação social da emissora. Ex-governador do Acre, ele contou que em 2002 a Fundação Roberto Marinho e o governo do estado firmaram uma parceria que ajudou a reduzir a evasão escolar por meio do Projeto Poronga.

Participaram da homenagem os atores Laura Cardoso, Malu Mader e Francisco Cuoco, o presidente da Fundação Roberto Marinho, José Roberto Marinho, e os ministros do Turismo, Henrique Alves; da Comunicação Social, Edinho Silva; e da Micro e Pequena Empresa, Guilherme Afif Domingos.



O presidente do Conselho de Comunicação Social do Congresso, Miguel Ângelo Cançado, apresentou ontem ao presidente do Senado, Renan Calheiros, o plano de trabalho do colegiado para os próximos meses, que inclui a análise de propostas encaminhadas pela Câmara e pelo Senado e o debate de temas relevantes. Também participaram da reunião os senadores Omar Aziz (PSD-AM) e Acir Gurgacz (PDT-RO) e o jornalista e membro do conselho Fernando Cesar Mesquita.

Pinheiro defende fontes alternativas de energia no país

Walter Pinheiro (PT-BA) afirmou que o Brasil precisa investir na produção alternativa de energia, especialmente a eólica e a solar.

Além de gerar postos de trabalho, disse, as medidas podem reduzir danos ao ambiente e a dependência da energia hidrelétrica.

— Consolidar políticas energéticas como a solar e a eólica e associar com a banda larga é estimular o crescimento local, é permitir o desenvolvimento.



Terceirização lesa o trabalhador, afirma Vanessa

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse que a terceirização é danosa para os trabalhadores e que o brasileiro precisa saber quanto prejudicial seria a aprovação da medida para as relações de trabalho.

Segundo a senadora, o Brasil tem 12 milhões de terceirizados e o número poderá subir para 40 milhões se o Senado mantiver o texto da Câmara. Ela elogiou os debates que a Comissão de Direitos Humanos está promovendo em todo o país.



CORREÇÃO

Diferentemente do publicado na pág. 5 de ontem, a PEC 78/2013, que prorroga até 2028 o prazo para investimento em irrigação prioritariamente no Nordeste e no Centro-Oeste, foi aprovada apenas em primeiro turno. Só vai a promulgação após segundo turno.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois da ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- CRA Comunidades indígenas**
8h Na pauta, o PLC 74/2014, que cria linhas de financiamento para atividades produtivas em comunidades indígenas.
- CPI DO CARE Depoimentos**
9h Comissão ouve convocados.
- CDH Aborto**
9h A audiência pública sobre interrupção voluntária da gravidez pelo SUS.
- CRE Acordo entre Brasil e Sérvia**
10h Exame do PDL 180/2015, que aprova acordo entre Brasil e Sérvia, e de nomes de embaixadores para Senegal e Suíça.

- PROCURADORIA DA MULHER Debate**
10h A Procuradoria da Mulher do Senado, a bancada feminina da Câmara e a Procuradoria da Mulher da Câmara fazem debate sobre a Lei Maria da Penha na sala 9 da Ala Alexandre Costa.
- PRESIDÊNCIA Sessão extraordinária**
11h Renan Calheiros preside a sessão extraordinária.
- PLENÁRIO Reforma política**
11h Sessão extraordinária para discutir projetos da reforma política. Às 14h, sessão ordinária com a mesma pauta.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



Prêmio de mérito jornalístico lembra Roberto Marinho

A TV Globo deu início às transmissões em 26 de abril de 1965. Em homenagem ao fundador, o Senado criou o Prêmio Jornalista Roberto Marinho de Mérito Jornalístico com o objetivo de reconhecer os jornalistas que tenham contribuído para o engrandecimento da profissão no país.

Cristovam Buarque (PDT-DF), que preside o Conselho do prêmio, informou que até o fim do ano serão anunciados os ganhadores da premiação.

A honraria foi criada por iniciativa do ex-senador An-

tonio Carlos Magalhães, que morreu em 2007.

Cristovam incluiu a Globo entre os motivos de orgulho do Brasil. Para o senador, a emissora teve papel preponderante na construção da unidade nacional, na divulgação do Brasil no exterior e na promoção da educação.

— A ideia de padrão Globo é algo que fica na história de quem conseguiu fazer. E aí o meu desafio para a Globo nos próximos 50 anos: fazer o Brasil ser um país com uma educação padrão Globo, que nós não conseguimos ter — afirmou.

Aprovado empréstimo para a compra de caças suecos

Além dos 36 aviões Gripen NG, da Saab, a serem entregues entre 2019 e 2024, recursos que somam cerca de R\$ 16,85 bilhões vão financiar projeto que prevê suporte logístico e aquisição de armamentos

O SENADO APROVOU ontem a contratação de operação de crédito que vai possibilitar ao Brasil adquirir os caças suecos Gripen. A conclusão das negociações com a Suécia para a compra dos aviões foi anunciada na última semana pelo ministro da Defesa, Jaques Wagner. Os valores autorizados são de até US\$ 245,3 milhões (mais de R\$ 850 milhões) e 39,8 bilhões de coroas suecas (quase R\$ 16 bilhões).

Os recursos vão financiar o projeto F-X2, que inclui a compra das aeronaves, suporte logístico e a compra de armamentos necessários à operação dos caças. A Força Aérea Brasileira (FAB) receberá 36 aviões de caça Gripen NG, da empresa sueca Saab. A primeira aeronave deverá ser entregue em 2019 e a última, em 2024. A operação de crédito será firmada com a agência sueca de crédito às exportações (Ab Svensk Exportkredit).

Ao defender a aprovação do pedido de empréstimo, o líder do governo, Delcídio do Amaral (PT-MS), lembrou que o processo de escolha e compra dos caças já dura vários anos. Para ele, a FAB fez a escolha adequada ao dispensar os modelos americano e francês e apostar na transferência de tecnologia dos suecos:

— Eu não tenho dúvida de que a FAB, conscienciosa, com uma visão de país e uma visão de transferência de tecnologia,



Christopher Mesnard/US Air Force

Transferência de tecnologia dos caças para o Brasil foi elogiada por senadores

escolheu o melhor projeto.

Walter Pinheiro (PT-BA) afirmou que a utilização da tecnologia dos caças poderá se dar em outras áreas, como a saúde, por exemplo. E José Agripino (DEM-RN) se disse convencido de que os caças suecos são a melhor escolha.

Já Aécio Neves (PSDB-MG) criticou a falta de discussão nas comissões, visto que o projeto seguiu direto para o Plenário, mas declarou que a oposição não obstruiria a votação devido ao mérito do tema.

— Consideramos essa uma questão não de governo, mas de Estado, relevante — disse o senador, ao destacar que pular etapas nas votações deve ser algo excepcional.

Em coletiva na última semana, o ministro Jaques Wagner explicou que o acordo foi possível porque a Suécia aceitou reduzir a taxa de juros do contrato. A taxa acertada entre os dois países ficou em 2,19%,

segundo o ministro.

Raimundo Lira (PMDB-PB), que relatou o projeto, afirmou que as taxas de juros são as mais baixas possíveis e que o financiamento poderá ser pago em 25 anos.

Para ele, essas condições se dão porque o projeto é estratégico para a Suécia e a compra dos caças é essencial para a proteção do Brasil.

— Eu acho que é muito importante para o país. O Brasil está descoberto na sua defesa aérea — afirmou.

A aprovação se deu com a presença do comandante da Aeronáutica, tenente-brigadeiro do ar Nivaldo Luiz Rossato, e de outros integrantes da Força Aérea Brasileira.

A previsão do governo federal para a contratação está prevista na Medida Provisória 686/2015. O texto está sendo analisado pela Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Juro de operação de crédito do estado de São Paulo é reajustado

Os senadores aprovaram ontem projeto de resolução que altera a taxa de juros do contrato de empréstimo de US\$ 200 milhões entre o estado de São Paulo e a Corporação Andina de Fomento (CAF). Os recursos serão usados para o financiamento parcial do Programa de Transporte, Logística e Meio Ambiente do estado. O projeto segue para promulgação.

A operação foi autorizada pelo Senado em agosto de 2013. Agora, o aditivo busca ajustar a taxa de juros do empréstimo, que passará de taxa Libor mais 1,55% para taxa Libor mais 1,65% ao ano,

com efeitos retroativos à data de assinatura do contrato.

A chamada taxa Libor (London Interbank Offered Rate) é uma taxa de juros interbancária do mercado de Londres. Ela tem referência diária, calculada com base em taxas de juros para grandes empréstimos entre bancos internacionais no mercado londrino. A Libor geralmente é usada em transações internacionais.

De acordo com parecer favorável à proposta apresentado pelo relator na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), a taxa normalmente usada pela CAF é a Libor mais 2,65%.

Plenário acata indicados para Conselho do Ministério Público

Duas indicações para o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) foram aprovadas ontem pelo Senado. Os nomes de Esdras Dantas de Souza e Fábio George Cruz da Nóbrega haviam sido aprovados pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) em junho, em uma sabatina que incluiu dez indicados.

Esdras Dantas de Souza, indicado pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil para a recondução ao CNMP, é advogado e leciona as disciplinas de direito constitucional e direito processual civil na Faculdade de Direito da União Pioneira de Integração Social (Upis).

No conselho nacional, já foi presidente da Comissão de Acompanhamento Legislativo e Jurisprudência e atualmente exerce a função

de Ouvidor Nacional do Ministério Público.

Fábio George Cruz da Nóbrega foi indicado pelo procurador-geral da República para a recondução ao CNMP. Membro do Ministério Público Federal desde 1996, Nóbrega também integrou os quadros do Ministério Público do Estado da Paraíba. Como procurador da República, atuou em Goiás, onde exerceu a função de procurador regional eleitoral no Tribunal Regional Eleitoral do estado, e também na Paraíba, onde ocupou a função de procurador-chefe.

Como procurador regional da República, atuou no estado de Pernambuco, no Tribunal Regional Federal da 5ª Região, de 2005 a 2014, quando assumiu como membro do CNMP.

Executivo pode ter prazo para indicar nome ao STF

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem proposta de emenda à Constituição (PEC 59/2015) de Marta Suplicy (sem partido-SP) que estabelece prazos para indicação, apreciação e nomeação de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Pela proposta, o presidente da República terá o prazo de três meses, a contar da data de abertura da vaga, para escolher um novo ministro.

Feita a indicação, o Senado terá de se manifestar em até 45 dias, sob pena de ficarem suspensas todas as demais deliberações legislativas (exceto as que tiverem prazo constitucional determinado).

Com a aprovação do indicado pelo Senado, o presidente da República terá 15 dias para fazer a nomeação. Em caso de rejeição, o Executivo deverá fazer nova indicação no prazo de dois meses. “Quando o presidente da República não realiza a escolha do nome, o STF fica prejudicado nas suas votações”, justifica Marta.

A PEC 59/2015 será submetida agora a dois turnos de discussão e votação no Plenário do Senado.

Agência Nacional de Aviação Civil terá dois novos diretores

Ricardo Fenelon das Neves Júnior e José Ricardo Pataro Botelho de Queiroz serão os novos nomes na diretoria da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). As indicações foram aprovadas ontem na Comissão de Infraestrutura (CI) e confirmadas pelo Plenário.

Fenelon, que recebeu 61 votos favoráveis e 10 contrários no Plenário, é bacharel em Direito pelo Centro Universitário de Brasília (Ceub) e especializou-se em arbitragem internacional e resolução de disputas na Universidade de Georgetown (EUA). Trabalhou em escritórios de advocacia com ênfase em causas de direito administrativo e questões concorrenciais, de infraestrutura e de regulação.

Formado em Direito pela Universidade Católica de Salvador, Botelho foi confirmado para a Anac por 59 votos a 8 em Plenário. Ele fez curso de formação de delegado pela Polícia Federal e

vários cursos de especialização em segurança. Foi secretário nacional de Segurança para Grandes Eventos e serviu por dois anos na delegação do Brasil na Organização de Aviação Civil Internacional, em Montreal, no Canadá.

Nas sabinas na CI, o senador Vicentinho Alves (PR-TO) cobrou mudanças na forma de atuação da Anac. Na opinião dele, a agência

deve buscar maior aproximação com os usuários e com os profissionais do setor.

A necessidade de flexibilizar regras para permitir o crescimento da aviação regional foi apontada por Valdir Raupp (PMDB-RO), Blairo Maggi (PR-MT), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Ricardo Ferraço (PMDB-ES), Acir Gurgacz (PDT-RO) e Ivo Cassol (PP-RO).



Presidente da CI, Garibaldi Alves Filho (C) coordena sabatina com Botelho e Fenelon

Pedro França/Agência Senado

Segundo representante do MEC, serão criadas de 300 mil a 350 mil bolsas no próximo ano, enquanto em 2014 foram 730 mil. Cortes na educação preocupam especialistas

Vagas do Fies em 2016 repetem número de 2015

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO Ministério da Educação (MEC), Luiz Cláudio Costa, disse ontem que o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) deve ter de 300 mil a 350 mil vagas em 2016. O número é semelhante ao deste ano, que deve fechar em 313 mil bolsas, bem distante dos 730 mil novos contratos fechados ao longo de 2014.

Em audiência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) para tratar dos programas de incentivo a estudantes oferecidos pelo governo, o secretário-executivo disse que o ministério se esforçou para preservar ao máximo as iniciativas neste período de dificuldade econômica.

— Apesar da crise, estamos mantendo os projetos. Começamos o ano com 1,9 milhão de estudantes no Fies e todos os bolsistas antigos que quiseram renovar renovaram. Podíamos ter parado por aí, garantindo apenas as bolsas já concedidas, mas não. Apesar do esforço fiscal, fizemos mais 313 mil contratos — contou.

O Fies financia cursos de ensino superior de estudantes brasileiros em instituições privadas e passou por modificações no início do ano. Uma delas diminuiu de 20 para 2,5 salários mínimos a renda familiar máxima para ingresso no programa. Foi dada prioridade



Fátima Bezerra (4ª à esq.) coordena audiência pública que também debateu o Ciência sem Fronteiras, o Pronatec e o Pibid

a cursos de engenharia, da área de saúde e de formação de professores, bem como para estudantes do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Além do Fies, o Ciência sem Fronteiras, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) também foram debatidos na CE. Em comum, os convidados mostraram preocupação com o contingenciamento de verbas.

Médio e longo prazos

A presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Helena Nader, afirmou que não dá para aceitar que a “Pátria educadora”, slogan do governo, contingencie recursos destinados à educação. Os efeitos dos cortes nessas verbas, alertou, serão sentidos principalmente a médio e longo prazos. Ela

mostrou-se preocupada com a situação das universidades federais:

— Elas foram cortadas na carne. E, na hora que isso acontece, tem-se uma mensagem para os estados e municípios: abriu-se a temporada de caça. É um efeito cascata. As universidades estão numa crise financeira grave, gravíssima — afirmou.

A presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), Bárbara Melo, lembrou que o aumento das vagas do Pronatec este ano foi menor que o dos anos anteriores. Ela pediu mais atenção para os cursos técnicos das escolas estaduais.

— O gargalo do acesso ainda não foi vencido, mas grandes passos foram dados, principalmente com o Pronatec. Agora temos que superar o gargalo da qualidade. A pátria educadora só será consolidada quando o Ministério da Fazenda

entender que o orçamento do MEC precisa ser crescente.

O diretor de Relações Institucionais da União Nacional dos Estudantes (UNE), Iago Montalvão, criticou a decisão do MEC de elevar os juros de novos contratos do Fies de 3,4% para 6,5% ao ano. Para ele, isso vai penalizar principalmente os mais pobres:

— Somos contra o aumento dos juros. Foi uma decisão que contradiz outra medida justa adotada recentemente pelo governo, que foi restringir a renda para acesso ao programa. Ou seja, a renda para ingresso caiu e os juros aumentaram — lamentou.

Greve nas federais

Fátima Bezerra (PT-RN) pediu que o MEC se esforce para encontrar uma saída para o impasse formado com a greve de professores e de funcionários de universidades federais. A senadora informou que o

reajuste oferecido pelo governo não foi aceito pelos grevistas, sob alegação de que não repõe nem sequer a inflação.

Ela disse que está atenta, com outros senadores da comissão, para zelar pelo orçamento do setor educacional:

— Todos os programas debatidos na audiência dialogam com o PNE [Plano Nacional de Educação], que estabelece prazos a serem cumpridos. A comissão vai ficar vigilante para lutar na Fazenda a fim de que não haja contingenciamento. Basta!

Paulo Paim (PT-RS), autor do requerimento para a audiência, disse que pediu a reunião depois do temor causado por boatos de que os programas do governo seriam extintos ou drasticamente reduzidos.

O parlamentar se mostrou contrário ao aumento da taxa de juros do Fies e pediu ao MEC para encontrar um caminho melhor para resolver a questão.

Também participaram da reunião a integrante da Câmara de Ensino Superior da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino, Elizabeth Guedes, e o representante da Comissão de Educação Jurídica do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), José Geraldo de Sousa Junior.

Senadores rejeitam revisão periódica do IPTU

O Plenário rejeitou ontem o Projeto de Lei do Senado (PLS) 277/2014, que previa revisão anual da base de cálculo do IPTU. O texto, que tramitava com urgência, havia sido considerado prioritário pela Comissão do Pacto Federativo.

Os senadores contrários à proposição observaram que o projeto disfarça aumento de imposto e da carga tributária, com prejuízo à população, que sofre com desemprego, recessão, inflação “galopante” e juros “estratosféricos”. Eles observaram ainda que o Senado, ao impor o critério de correção, invadiria a autonomia das câmaras municipais.

Relator do projeto em Plenário, Fernando Bezerra Coelho

(PSB-PE) disse que a demanda da proposta foi apresentada pelos prefeitos em marcha recente a Brasília, quando estiveram com o presidente do Senado, Renan Calheiros.

— No momento de escassez de recursos para financiar projetos prioritários, é importante potencializar as receitas dos municípios — argumentou.

O projeto também foi defendido por Ana Amélia (PPRS). Ela insistiu que ele não aumenta impostos e propôs o adiamento da votação. Antonio Anastasia (PSDB-MG) também observou que o projeto não criava novos tributos, apenas delimitava a cobrança sob critérios progressivos.

Os argumentos, porém, não

convenceram os senadores contrários ao texto. Disse Ronaldo Caiado (DEM-GO):

— O projeto é inaceitável, só tem parecer da CAE [Comissão de Assuntos Econômicos].

Para Reguffe (PDT-DF), o projeto promoveria o aumento do IPTU em todo o Brasil.

— Os contribuintes não têm renda indexada, não é justo que impostos sejam indexados.

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) classificou o projeto como “o avesso do avesso do avesso”.

Também se opuseram Otto Alencar (PSD-BA), Omar Aziz (PSD-AM), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Benedito de Lira (PP-AL), Telmário Mota (PDT-RR), Sérgio Petecão (PSD-AC), e Lasier Martins (PDT-RS).

Comissão aprova criação de prêmio de agropecuária

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou o Projeto de Resolução (PRS) 19/2015, que cria o Prêmio Senador Jonas Pinheiro do Mérito Agropecuário. A proposta vai para a Mesa do Senado.

O prêmio será concedido anualmente pelo Senado a pessoas físicas ou jurídicas que tenham se destacado pela prestação de relevantes serviços em prol da agricultura e da pecuária.

De acordo com o projeto, relatado por Simone Tebet (PMDB-MS), o prêmio será concedido em sessão espe-

cial. Os critérios para a concessão da honraria deverão ser estabelecidos por uma comissão que poderá contar também com representantes da Presidência da República, da Câmara e de entidades da sociedade civil.

Autor do projeto, José Medeiros (PPS-MT) explica que a iniciativa objetiva estimular as ações voltadas ao progresso do agronegócio, particularmente nos setores da agricultura e da pecuária. A escolha do patrono homenageia um dos pioneiros da extensão rural, o senador Jonas Pinheiro, morto em 2008.

pauta
Feminina

Lei Maria da Penha e agravos da violência intrafamiliar na primeira infância

Mesa:

Miguelina de Paiva Vecchio – socióloga, vice-presidente do PDT
Rosana Leite Antunes de Barros – defensora pública do Mato Grosso
Maria da Penha Oliveira e Silva – psicóloga, coordenadora da organização Aconchego
Maria de Lourdes Magalhães – arte educadora, pedagoga do Ministério da Saúde

Data: 6 de agosto de 2015

Horário: 10 h

Local: Plenário 9 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal

Mais informações: 3303-1710

A participação poderá ser presencial, pelo 0800 61 22 11 ou pelo e-Cidadania



Secretaria da Mulher



CÂMARA DOS DEPUTADOS



Procuradoria Especial da Mulher



SENADO FEDERAL



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão do Senado estuda reforma política aprovada pela Câmara

Senadores apresentarão até terça-feira sugestões à proposta elaborada pelos deputados. Relator quer texto votado até o fim de setembro

OS SENADORES DA Comissão da Reforma Política têm até a terça-feira para apresentar sugestões de mudança ao PLC 75/2015, vindo da Câmara, que modifica o sistema político-eleitoral. Além das emendas sugeridas pelos senadores, o relator, Romero Jucá (PMDB-RR), pretende adicionar ao projeto propostas da comissão e sugestões do Tribunal Superior Eleitoral.

O presidente da comissão, Jorge Viana (PT-AC), espera que o texto da Câmara comece a ser votado na semana que vem. Um dos objetivos do grupo é que pelo menos parte da reforma esteja aprovada e sancionada até o final de setembro, de maneira que novas regras possam valer para as eleições municipais do ano que vem.

— O nosso entendimento é que o relator consolide as propostas do Senado com o projeto da Câmara numa intenção de dar praticidade e agilizar a votação daquilo que

for consensual. Queremos começar a votar na próxima terça o que for consensual — afirmou o senador.

Jucá acrescentou que está trabalhando com o relator da reforma política na Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), para que o Congresso possa, de fato, aprovar mudanças:

— Estou aqui há três mandatos. Já participei de diversas reformas políticas que deram n'água por falta de harmonia entre Câmara e Senado.

Lasier Martins (PDT-RS) cobrou uma posição sobre o financiamento das campanhas eleitorais. Ele sugeriu que o Senado vote as propostas que tratam do tema, sem esperar a decisão da Câmara.

— Nós fomos mandados pelo eleitorado brasileiro e, pelas pesquisas, 74% da população não quer saber nem ouvir falar em financiamento com dinheiro de empresas privadas — afirmou Lasier.

Viana lembrou que os de-

putados ainda estão votando a proposta relacionada ao financiamento de campanha e disse que os senadores devem ficar atentos ao que é aprovado pelos deputados para dar mais eficácia ao trabalho da comissão. A Câmara aprovou, em primeiro turno, uma proposta que autoriza o financiamento privado de campanhas com doações de pessoas físicas e jurídicas para os partidos e com doações de pessoas físicas para candidatos.



Jorge Viana, presidente da comissão, e Romero Jucá, relator: expectativa de que novas regras possam valer em 2016

Presidente da Casa garante que não há "pauta-bomba"

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que não vai haver "pautas-bomba" no Senado. Ele afirmou que o Congresso colabora para solucionar a crise econômica, mas se preocupa com medidas como a redução da desoneração garantida a diversos setores. A discussão no Senado do projeto que trata desse assunto (PLC 57/2015) deve começar na próxima semana.

— Ontem [terça-feira] nos reunimos com o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, e cobramos uma agenda para reaquecer a economia e concluir o ajuste fiscal. O Congresso Nacional vai colaborar no que for necessário — disse.

Segundo Renan, o Congresso se preocupa com a chamada reoneração porque a medida pode dificultar o reaquecimento da economia nacional. Ele lembrou que o PLC 57/2015 passa a trancar a pauta do Senado na próxima semana.

A redução da desoneração foi feita inicialmente por meio da Medida Provisória 669/2015. No início de março, porém, Renan decidiu devolver a matéria ao Executivo, com o argumento de que não havia urgência e que o assunto poderia ser tratado em projeto de lei. O governo então enviou ao Congresso o PLC 57/2015, aprovado na Câmara no fim de junho, com mudança que beneficiou o setor têxtil.

Renan também destacou o esforço dos parlamentares para a criação da Autoridade Fiscal Independente, no âmbito do Congresso, para que seja uma referência na análise das matérias orçamentárias.

— Dessa forma, o Legislativo vai ter um rumo e poder contribuir com a sociedade.

Renan diz que projetos do pacto federativo serão votados logo



No primeiro ato de mobilização pelo pacto federativo, ontem, membros da Confederação Nacional de Municípios (CNM) visitaram o presidente do Senado, Renan Calheiros, para reforçar o pedido de que os projetos relativos ao pacto sejam logo votados.

No encontro, a CNM entregou a *Carta Municipalista* a Renan. O texto alerta a sociedade, o Parlamento e a Presidência da República para as dificuldades por que passam os municípios com

a falta recursos para manter as responsabilidades transferidas pelo governo federal.

De acordo com o presidente em exercício da CNM, Gládemir Aroldi, os municípios "esgotaram completamente seus recursos, em razão da ausência da União e dos estados na transferência de recursos que servem para manter o equilíbrio financeiro desta Federação".

Os prefeitos cobraram a votação de propostas importantes do pacto federativo, como a prorrogação da Lei de Resíduos Sólidos e a participação da União no pagamento do

piso salarial dos professores, entre outras.

Já em relação ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM), os prefeitos pedem "o cumprimento da palavra empenhada pela presidente Dilma Rousseff de transferir a primeira parcela do acordo", no valor R\$ 1,9 bilhão, às prefeituras, o que ainda não aconteceu.

O movimento municipalista pediu ainda a Renan que interceda junto ao governo federal para a liberação dos recursos públicos inscritos na rubrica restos a pagar. As prefeituras deixaram de receber,

desses recursos, R\$ 35 bilhões no período de 2008 a 2014.

Renan garantiu aos municipalistas total apoio para votar com rapidez os projetos do pacto federativo e salientou que todas as questões já discutidas com prefeitos e governadores estão em andamento. O presidente do Senado lembrou ainda que conversou na terça-feira com o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, sobre a necessidade de criar uma agenda positiva — de crescimento, geração de empregos e de melhoria do ambiente para geração de novos investimentos.

Brasil não aguenta mais tanta irresponsabilidade de Dilma, afirma Flexa

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) disse que o segundo mandato da presidente Dilma Rousseff completou sete meses sem nada a apresentar, a não ser "um conjunto de mazelas e agruras" que, segundo ele, aumenta o descrédito do governo e a falta de confiança do brasileiro.

— Com tantos dados negativos, o Brasil realmente está doente. É urgente arrumarmos a casa e limpamos toda essa sujeira, afinal, a economia brasileira anda num terreno de muita instabilidade e a população não aguenta mais tanta falta de ética e irresponsabilidade.



Moreira Manz/Agência Senado

Para Fátima, ataque com bomba ao Instituto Lula foi ato terrorista

Fátima Bezerra (PT-RN) condenou as agressões praticadas contra integrantes ou diretórios do PT, sendo que a mais grave ocorreu na semana passada, quando uma bomba caseira foi lançada contra o Instituto Lula, em São Paulo.

Para a senadora, o que ocorreu foi um atentado à democracia e, em qualquer outro país, seria classificado de ato terrorista, e não de mera manifestação popular de insatisfação com o governo, como querem parte da mídia e políticos.

— Manifestar-se contra o governo é legítimo, é próprio da democracia, contanto que se preservem o patrimônio público e particular e a integridade física e a dignidade das pessoas.

Collor acusa Janot de envolvê-lo na Lava-Jato para se autopromover

Fernando Collor (PTB-AL) afirmou que o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, transforma a Operação Lava-Jato em um "festival midiático" e que as acusações contra si na investigação são usadas por Janot para se autopromover.

— Desde que se apoderou da função, vem imprimindo àquele órgão um modus operandi baseado principalmente, e isso é visível, no conluio com grande parte da mídia, em que prevalecem o vazamento de informações e a criação de uma narrativa de modo a dar aparente veracidade aos fatos.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Segundo Bauer, governo negligencia a economia e o combate à corrupção

Paulo Bauer (PSDB-SC) lamentou que o país comece a se acostumar a aplaudir fatos ruins, como a prisão do ex-ministro José Dirceu, e não mais conquistas do povo brasileiro. E isso, para ele, acontece por causa do descaso do governo com a economia e o combate à corrupção.

O senador afirmou que a oposição está aberta ao diálogo, desde que o governo faça a sua parte e passe a dar mais transparência aos seus atos.

— Sem o diálogo, não chegaremos a lugar nenhum. A oposição vai cumprir o papel de oposição.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Proposta, que passará por nova votação em comissão antes de ir para a Câmara, objetiva proteger direitos da pessoa detida em flagrante

Avança projeto que fixa prazo de 24 horas para preso ser apresentado a juiz

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem, em primeira votação, o substitutivo ao projeto que estabelece prazo máximo de 24 horas para uma pessoa presa em flagrante ser apresentada ao juiz (PLS 554/2011). A proposta, de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), regulamenta a chamada audiência de custódia.

O substitutivo agora será submetido a turno suplementar de votação na CCJ. Cumprida essa etapa, poderá ser enviado para a Câmara se não houver recurso para votação pelo Plenário do Senado.

O substitutivo foi apresentado por Humberto Costa (PT-PE) e determina que tanto o ato quanto o local da prisão sejam comunicados de imediato pelo delegado não só ao juiz, mas também ao Ministério Público, à Defensoria Pública (caso não tenha sido constituído advogado), à família ou a uma pessoa indicada pelo preso.

A defesa da integridade física do preso é outra preocupação que se incorporou à proposta. Assim, caberá ao delegado, logo após lavrar a prisão em flagrante e diante de suposta violação dos direitos fundamentais do preso, determinar a adoção de medidas necessárias não só para preservar a integridade do prisioneiro, como também para apurar a responsabilidade pelas violações apontadas.

A apresentação do preso



Humberto Costa, autor do substitutivo aprovado ontem em primeira votação

ao juiz nas 24 horas após o flagrante tem o objetivo de colher esclarecimentos e checar eventual violação de direitos fundamentais. Também deverá ser ouvido o Ministério Público, que poderá requerer a prisão preventiva ou outra medida cautelar alternativa à prisão.

Autos separados

Também houve o cuidado de deixar claro no substitutivo que as informações obtidas na audiência de custódia serão registradas em autos separados e não poderão servir de meio de prova contra o depoente. Deverão versar exclusivamente sobre a legalidade e a necessidade de prisão, a prevenção da ocorrência de tortura ou de maus-tratos e os direitos assegurados ao preso e ao acusado.

Humberto agregou ao substitutivo três emendas de Ivo Cassol (PP-RO). A primeira garante ao preso em flagrante o direito de ser acompanhado por um defensor público ou

particular durante o interrogatório policial. E estabelece que todo preso nessas condições deverá ser submetido a exame de corpo de delito cautelar e não poderá permanecer nas delegacias após o auto de prisão ser lavrado.

A segunda emenda prevê a possibilidade de o delegado conceder fiança nos casos de infração cuja pena de privação de liberdade não seja superior a seis anos. A única exceção para o benefício seria a existência de requisitos para decretação de prisão preventiva.

Por fim, Humberto acolheu uma emenda que permite ao delegado dispensar o pagamento de fiança para os presos em flagrante que comprovarem falta de recursos financeiros. Conforme o relator, a legislação penal já possibilita a liberação provisória do detido que não tiver condições de pagar a fiança, mas apenas por decisão judicial. A exigência obriga muitos presos a aguardar

um longo período para serem soltos.

Pouco antes da votação do PLS 554/2011, Humberto ainda fez ajustes de última hora no substitutivo. Inicialmente, acolheu sugestão feita por Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) no sentido de que, na ausência do juiz na comarca, o delegado que conduziu o preso em flagrante para a audiência de custódia comunique o fato ao Ministério Público, à Defensoria Pública e ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e tente nova apresentação ao juiz no primeiro dia útil subsequente.

Ele acatou uma ponderação feita por Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e José Serra (PSDB-SP) e manteve apenas uma das quatro medidas cautelares contra o preso em flagrante passíveis de serem prescritas pelo delegado. O motivo para excluí-las é o entendimento de que constituíam penas restritivas de direitos fundamentais e, desse modo, só poderiam ser decretadas pelo juiz.

Ao final, ficou decidido que o delegado só poderá baixar como medida cautelar o comparecimento periódico do preso perante o juiz. Foram descartadas as medidas que previam a proibição de acesso do preso a certos lugares, de contato com certas pessoas e de se ausentar da comarca. A saída encontrada seguiu ainda uma recomendação da Associação dos Magistrados Brasileiros.

Faixa de pedestre iluminada pode evitar atropelamento

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 14/2014, que prevê a iluminação das faixas de pedestres em locais de grande circulação, como forma de evitar atropelamentos, sobretudo no período noturno.

A proposta, que acrescenta parágrafo único ao artigo 85 do Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503/1997), é de autoria do deputado Antonio Bulhões (PRB-SP). Ele observa que a indicação luminosa adequada das faixas de pedestre é condição essencial para contribuir com a redução de atropelamentos, especialmente à noite.

O autor do projeto ressalta que a má iluminação das ruas e a redução de até 30% da capacidade de enxergar em condições de baixa visibilidade contribuem de forma decisiva para a ocorrência de atropelamentos em todo o país.

Emenda apresentada pelo relator da proposta, Marcelo Crivella (PRB-RJ), prevê que o Conselho Nacional de Trânsito (Contran) estabelecerá as condições mínimas de iluminação das travessias, de forma a garantir a visualização dos pedestres a distâncias que permitam a parada segura dos veículos, independentemente da hora.

A proposta seguirá agora para o Plenário do Senado.

Comissão adia votação de regras para pesquisas clínicas

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) transferiu para a próxima semana a votação do PLS 200/2015, que agiliza a liberação de pesquisas clínicas. Ontem, Eduardo Amorim (PSC-SE) chegou a ler relatório favorável à proposta, mas um pedido de vista de Humberto Costa (PT-PE) levou ao adiamento da decisão.

Senadores como Waldemir

Moka (PMDB-MS), Simone Tebet (PMDB-MS), José Medeiros (PPS-MT) e Blairo Maggi (PR-MT) solicitaram a Humberto que reconsiderasse o pedido de vista, já que a proposta ainda será votada pelas Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e de Assuntos Sociais (CAS). Entretanto, o senador disse que suas dúvidas

referem-se a aspectos de constitucionalidade, cujo exame compete à CCJ.

O Brasil é um dos países que mais demoram a autorizar esse tipo de pesquisa. A autorização leva até 15 meses, enquanto no restante do mundo esse prazo fica em até 6 meses.

O projeto foi apresentado por Waldemir Moka, Ana Amélia (PP-RS) e Walter Pinheiro (PT-BA).

Eleição direta em tribunais de Justiça deve ser mais discutida

Pedido de vista coletiva adiou a votação da proposta de emenda à Constituição que permite aos juízes de primeiro grau eleger, pelo voto direto, o presidente e o vice-presidente dos tribunais estaduais e tribunais regionais federais (PEC 15/2012). A proposta está em discussão na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e tem parecer

favorável do relator, Ricardo Ferraço (PMDB-ES).

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) teme que uma disputa eleitoral para os cargos desperte uma "politização indesejável" no Judiciário.

O adiamento foi pedido por Ivo Cassol (PP-RO). Vice-presidente da CCJ, José Pimentel (PT-CE) considerou discutir a proposta em audiência.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário:
 Sérgio Petecão, João Alberto,
 Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Coordenação de Edição: Silvío Burle
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cíntia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Economia criativa movimentada por ano R\$ 110 bilhões e pede fomento

Especialistas afirmaram, em audiência ontem, que segmento sofre com informalidade e que potencial brasileiro é pouco explorado

OS SETORES LIGADOS à economia criativa, que empregam 810 mil pessoas por meio de mais de 240 mil empresas, movimentam por ano cerca de R\$ 110 bilhões no Brasil, o equivalente a 2,7% do produto interno bruto (PIB).

Os números foram apresentados ontem por Ana Clévia Guerreiro, gerente-adjunta da Unidade Setorial de Serviços do Sebrae, em audiência da Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) sobre o setor.

Com base em estudo da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), Ana Clévia disse que o Sebrae trata como área prioritária a economia criativa, que inclui, entre outros, *startups* de tecnologia e atividades de audiovisual, moda, artesanato, design e produção cultural.

— Os setores ligados à economia criativa pagam salários três vezes maiores à média de mercado — ressaltou a técnica.

Apesar da força na geração de renda, o setor sofre com a excessiva informalidade, afirmaram debatedores. Para eles, o Congresso deve agir para solucionar a questão.

Marcelo Dias Varella, chefe da Assessoria Jurídica da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República, destacou o impacto social da economia criativa. Segundo ele, o Pronatec Aprendiz, lançado pela presidente Dilma Rousseff semana passada, bus-

cará a inclusão social de jovens envolvidos em atividades culturais nos 81 municípios mais violentos do país.

Para Cláudia Leitão, da Universidade Estadual do Ceará, instituições como BNDES, Banco do Brasil e Caixa deveriam ter papel de fomento à economia criativa. Ela defende que a definição de uma política de financiamento seja o eixo de um marco legal para o setor, potencializando conexões econômicas internas e externas.

— Estamos no século 21 e o país que acha que vai viver só da exportação de produtos primários vai ficar pra trás — disse, lamentando que as Havaianas sejam o único produto genuinamente brasileiro vendido nos aeroportos.

A professora elogiou o estudo

da Firjan, mas ressaltou:

— Essa história de que a economia criativa paga três vezes mais é um mito. Se você pegar o ator que trabalha pra Globo e colocar com o produtor de artesanato da Baixada Fluminense, vai dar que a média salarial é alta — disse.

Lídice da Mata (PSB-BA) citou o próprio estado, a Bahia, como exemplo do que considera ser a regra no Brasil: o potencial criativo dos brasileiros está longe de ser devidamente explorado.

— Temos uma indústria cultural consolidada, mas que poderia ser bem mais forte em áreas como a do artesanato.

A senadora disse “não entender” por que as estruturas governamentais ligadas à cultura e ao turismo não dialogam.

Ela defendeu a criação de uma estrutura central para melhor coordenar políticas de fomento e incentivo à economia criativa.

Cláudia Leitão lamentou que a Secretaria de Economia Criativa tenha sido extinta pelo Ministério da Cultura.

— Minha experiência na gestão pública é que quando muita gente cuida de alguma política, na prática, ninguém vai cuidar.

O atual modelo aplicado pela pasta, porém, foi defendido por Guilherme Varella, secretário de Políticas Culturais do ministério. Para ele, as políticas de incentivo e fomento estavam enfraquecidas até 2013, estando mais bem estruturadas agora. As políticas transversais também foram defendidas por Donizeti Nogueira (PT-TO).



Comissão discutiu ontem formas de incentivar *startups* de tecnologia e setores como artesanato, moda e produção cultural

Para Telmário, Mais Médicos democratiza SUS

Telmário Mota (PDT-RR) comemorou os resultados do Programa Mais Médicos e elogiou a presidente Dilma Rousseff por ter resistido às críticas e mantido a iniciativa. Os dois anos do programa foram comemorados na terça pelo Palácio do Planalto.

Segundo o senador, o Mais Médicos democratizou o atendimento à saúde, conquistando avaliações positivas dos profissionais e dos usuários por responder principalmente aos anseios da população mais carente.

Telmário citou o caso de Caracaraí (RR), que hoje tem 17 médicos graças ao programa. Sem o Mais Médicos, disse, provavelmente não haveria mais do que dois.

Capiberibe cobra intervenção na saúde do Amapá

João Capiberibe (PSB-AP) pediu que o Ministério da Saúde faça uma intervenção no sistema de saúde do Amapá. O senador responsabilizou o governador Waldez Góes pela repetição de uma “situação dramática” na saúde que parecia ter sido superada pelo governo anterior.

— Esse desgoverno, essa maneira irresponsável de conduzir a energia da sociedade precisa ter um fim.

Capiberibe observou que, apesar do estado de emergência declarado pelo governo do Amapá, falta atitude para resolver a situação.

Gurgacz: população deve fiscalizar uso de verbas públicas

Acir Gurgacz (PDT-RO) lembrou o Dia Nacional da Saúde e citou uma “boa notícia” que acaba de ser dada ao povo de Rondônia: o governo federal liberou mais de R\$ 1 milhão para compra de equipamentos para postos de saúde do estado.

O senador explicou que o dinheiro refere-se a emendas que ele apresentou ao Orçamento da União, beneficiando Guajará-Mirim, Ouro Preto do Oeste, São Felipe d'Oeste e Seringueiras. Os recursos já estão na conta das prefeituras e é importante que a população fiscalize a aplicação, acrescentou.

Avança texto que dificulta fraude em empréstimos consignados

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem uma proposta que protege aposentados e pensionistas contra fraudes no empréstimo consignado. O PLS 276/2007 agora vai para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O projeto, de Valdir Raupp (PMDB-RO), permite que o beneficiário de pensão ou aposentadoria peça o bloqueio de cadastro no Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) de forma a impedir a contratação de novos empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil com desconto em folha e do uso de seu nome nas fraudes. Ficam ressaltados os descontos já autorizados.

— Trata-se de criar um mecanismo de fácil utilização, de prevenção à criminalidade, para que os beneficiários da Previdência, surpreendidos por descontos indevidos ou

temerosos de que isso possa ocorrer, possam bloquear novas operações — justificou o autor.

Atualmente, os aposentados e pensionistas, ao serem surpreendidos com débitos por dívidas que não contrataram, só podem buscar o cancelamento da autorização com a declaração de inexistência do ato jurídico e a devolução dos valores debitados, mas podem ser vítimas de novos empréstimos irregulares não solicitados. Com a aprovação da proposta, poderão bloquear seu nome e impedir novos contratos.

O relator, Dário Berger (PMDB-SC), afirmou que as constantes fraudes com empréstimos consignados e desconto em folha de pagamento justificam a criação de um mecanismo de bloqueio ou suspensão dos descontos de forma mais ágil.

Divergências adiam escolha de relator de projeto sobre Petrobras

Uma discussão entre os senadores sobre a indicação do relator marcou ontem a instalação da comissão especial que analisará o projeto de José Serra (PSDB-SP) que acaba com a participação obrigatória da Petrobras na exploração do pré-sal (PLS 131/2015).

O presidente da comissão, Otto Alencar (PSD-BA), designou para a relatoria Ricardo Ferraço (PMDB-ES), que já é relator do projeto no Plenário.

A comissão teria presidente e relator do mesmo bloco, o que foi questionado por outros senadores, por desprestigiar a proporcionalidade.

Partiu do presidente do Senado, Renan Calheiros, a indicação de Otto para presidir a comissão. Segundo Roberto Requião (PMDB-PR), Renan também concordou com a realização de uma votação para eleger o relator. Renan defendeu um acordo das bancadas

para resolver a questão:

Lindbergh Farias (PT-RJ), Fátima Bezerra (PT-RN), Simone Tebet (PMDB-MS) e Telmário Mota (PDT-RR) defenderam uma decisão da maioria.

Otto afirmou que, como a comissão foi criada por iniciativa do presidente do Senado, não está submetida às regras das comissões permanentes.

Humberto Costa (PT-PE) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) questionaram a indicação de Ferraço em função da sua posição favorável ao projeto.

— O parecer dele na comissão vai voltar para o Plenário, onde o Ferraço já é relator. E esta comissão foi justamente criada porque não houve consenso sobre o relatório dele em Plenário — afirmou Humberto.

Ferraço reclamou de “patrulhamento” sobre sua posição em relação ao texto e prometeu fazer “um debate democrático e o exercício do contraditório”.

Relatório apresentado ontem em audiência aponta aumento dos casos de violência e violação de direitos de povos indígenas, em geral relacionados à disputa por terras

Assassinato de índios é denunciado em debate

O RELATÓRIO *VIOLÊNCIA contra os Povos Indígenas do Brasil*, referente a 2014, aponta aumento dos casos de violência e violações contra integrantes das comunidades indígenas. No período, 138 índios foram assassinados, contra 97 casos no ano anterior. Um dos dados mais alarmantes é o número de suicídios, que chegou a 135, ante 73 ocorrências em 2013.

Produzido pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o relatório foi debatido ontem em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos (CDH). A antropóloga Lucia Helena Rangel salientou que o relatório ainda é uma expressão parcial da realidade, pois o Cimi não consegue captar as ocorrências em todo o país.

— Mesmo assim, os registros são assustadores — disse a antropóloga, coordenadora da pesquisa.

O debate foi proposto por Telmário Mota (PDT-RR), que se revezou na direção da audiência com o presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS). Na avaliação dos convidados, os fatores de estímulo à violência são antigos e decorrem fundamentalmente da negação do direito à terra, da disputa em torno de áreas indígenas e de conflitos de posse.

— O que vemos é o não reconhecimento, por parte do Estado, às comunidades indígenas — observou Lucia.

Mesmo no caso dos suicídios, o entendimento é de que, em grande medida, as ocorrências estão relacionadas à falta de perspectivas para indivíduos que precisam da



Audiência requerida por Telmário (à mesa, ao centro) teve participação de representantes de organizações indígenas

terra para viver e trabalhar, em harmonia com suas culturas. Os 135 casos de 2014 configuram o maior número em 29 anos, com predomínio de ocorrências em Mato Grosso do Sul (48), notadamente entre índios guaranis-caiúas.

Morte de crianças

A mortalidade na infância foi ainda apontada como indicador de situação de violação de direitos: o relatório registra 785 mortes de crianças indígenas de 0 a 5 anos, contra 693 em 2013. A situação mais grave se situa entre os índios xavantes, em Mato Grosso, com a taxa de mortalidade chegando a 141,64 mortes por mil crianças. A média nacional é de 17 por mil.

Segundo o relatório, em 2014 mais do que dobraram os registros de invasões possessórias, exploração ilegal de terras indígenas e outros danos ao patrimônio. Enquanto em 2013 foram 36 ocorrências, em 2014 aconteceram 84 casos.

O ex-senador João Pedro Gonçalves da Costa, que assumiu em junho a Fundação

Nacional do Índio (Funai), destacou a importância do debate, diante da “dívida histórica” que o país tem com os povos indígenas. Ele reconheceu que é essencial avançar na questão das terras indígenas:

— Não pode haver índio sem terra, sem história do lugar onde pisaram seus ancestrais.

João Pedro salientou o papel do Congresso e do Judiciário, além de estados e prefeituras, na solução dos problemas. Depois, apelou aos senadores por apoio para reforçar o orçamento da Funai por meio de emendas parlamentares.

Entre os senadores, as manifestações foram de solidariedade. Simone Tebet (PMDB-MS) mostrou otimismo com a aprovação de proposta de emenda à Constituição (PEC 71/2011) que prevê indenizações a produtores que estejam em posse “mansa e pacífica” das terras, o que agilizará a devolução das áreas aos índios.

O secretário-executivo do Cimi, Cleber César Buzatto, denunciou o que definiu como a “estratégia anti-indígena” no

país. Um dos objetivos seria impedir o reconhecimento e a demarcação das terras tradicionais que continuam invadidas por não índios. Outro seria reabrir e rever procedimentos de demarcação já finalizados. Por fim, disse que há ainda o interesse em invadir, explorar e mercantilizar as terras já demarcadas.

— Se não tomarmos iniciativas muito firmes, coordenadas e articuladas, a tendência é de aprofundar ainda mais esse quadro de violências contra os povos indígenas — alertou.

Ameaças

Em seguida, Buzatto listou iniciativas e decisões adotadas pelo Executivo, Legislativo e Judiciário que, a seu ver, traduzem interesses de ruralistas, mineradoras e empreiteiras, entre outros segmentos.

No âmbito do Legislativo, um dos projetos é o PL 161/1996, da Câmara dos Deputados, que regulamenta a mineração em terras indígenas, com abertura à exploração pelo setor privado, que hoje é vedada. Foi

citada ainda a PEC 215/2000, que transfere ao Congresso o poder de demarcar terras indígenas.

— Na prática, significa atribuir à bancada ruralista o poder de decidir ou não sobre a demarcação das terras. Se aprovada, a tendência é não passar mais nada — avaliou.

Alberto Terena, representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), disse que os povos indígenas vivem uma situação de desespero diante do permanente desrespeito a seus direitos. Ele lembrou que os terenas, hoje com mais de 6 mil indivíduos, dispõem de reserva com pouco mais de 2 mil hectares e esperam longamente pela devolução de terras.

— Achavam que éramos poucos e seríamos exterminados ou integrados à sociedade. Mas isso não ocorreu e a nova geração se multiplica. Por isso, precisamos das nossas terras.

Outro líder, Kâhu Pataxó, da Federação Indígena das Nações Pataxó e Tupinambá do Extremo Sul da Bahia, relatou a ocorrência de conflitos na região e o assassinato de índios que lutam pela recuperação de terras. Também denunciou o uso excessivo de força, seja da Polícia Federal ou da polícia militar, na tentativa de retirada dos índios das terras.

Carlos Moura, que falou pela Comissão Brasileira de Justiça e Paz, também vinculada à CNBB, apontou ações de “conluio” entre o Estado brasileiro e segmentos econômicos na continuidade da tomada de terras e de direitos dos índios. Participou ainda da audiência a antropóloga Patrícia de Mendonça Rodrigues.

Ana Amélia quer liberação mais ágil de pesquisas clínicas

Ana Amélia (PP-RS) pediu apoio dos senadores na aprovação de projeto que agiliza a liberação de pesquisas clínicas no Brasil. A proposta foi discutida na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), mas pedido de vista de Humberto Costa (PT-PE) adiou a votação para a semana que vem.

A senadora disse que a votação da proposta é relevante por criar um marco regulatório para a pesquisa clínica. Um dos principais pontos é a redução da burocracia para testes de remédios com seres humanos, assegurando a proteção à saúde dos pacientes.

— Quanto mais pesquisas no país, maiores as chances de desenvolvimento de remédios eficientes, adaptados à nossa realidade — afirmou.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Paim pede que União renegocie dívida do Rio Grande do Sul

Paulo Paim (PT-RS) lamentou a crise financeira do Rio Grande do Sul, tão grave que o governo do estado decidiu parcelar, em três vezes, o pagamento dos servidores que recebem mais de R\$ 2.150. Em protesto, cerca de 40 categorias entraram em greve. O parlamentar voltou a manifestar solidariedade aos servidores públicos.

Paim afirmou ser necessário o combate à sonegação e à corrupção, além da cobrança de valores devidos ao governo estadual e a renegociação da dívida gaúcha com a União.

— Que haja a devida renegociação da dívida do estado, que, de fato, é impagável. Já pagamos toda a dívida e ainda estamos devendo mais de R\$ 15 bilhões além do que já pagamos.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Alvaro apoia ação integrada para combater violência

Alvaro Dias (PSDB-PR) citou dados recentes de elevação dos homicídios no Brasil e alertou para a deterioração da segurança pública, que, a seu ver, é o principal desafio ao estado de direito no Brasil. Alvaro lembrou que, segundo a Organização Mundial da Saúde, o índice de mortes violentas no país já constitui epidemia e o Brasil só é superado pela Nigéria em número de crianças e adolescentes assassinados.

O senador pediu que o Parlamento não se omita sobre o tema. Para ele, a iniciativa do Ministério da Justiça de promover um pacto nacional contra a violência armada merece apoio.

— É tardia tal iniciativa, mas merece ser apoiada. Em 2012, foram registrados 56.337 homicídios dolosos.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Raimundo Lira celebra os 430 anos de João Pessoa

Raimundo Lira (PMDB-PB) registrou ontem os 430 anos da capital paraibana, João Pessoa. O senador destacou a qualidade de vida da cidade, considerada uma das mais arborizadas das Américas, com duas grandes reservas de Mata Atlântica preservadas.

O senador reconheceu, no entanto, que com o crescimento da população, surgiram desafios a serem vencidos. Um deles é a mobilidade urbana, apontada pelos paraibanos como um dos principais problemas da cidade.

— Gostaria de ressaltar que João Pessoa ainda tem muitos problemas a serem superados. Mas tem muito mais com que se orgulhar. Tenho a convicção de que a sua população é a sua maior riqueza.



Jefferson Rudy/Agência Senado